

Enel Green Power Zeus II – Delfina 8 S.A.

CNPJ: 25.174.955/0001-96

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Zeus II – Delfina 8 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Zeus II Delfina 8 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Thiago de Oliveira Mundim	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.547	3.520
Títulos e valores mobiliários		12	11
Contas a receber de clientes	4	6.202	4.891
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		61	-
Outros créditos		9	6
Total do ativo circulante		8.831	8.428
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	5	132.553	136.055
Intangível	6	4	20
Total do ativo não circulante		132.557	136.075
Total do ativo		141.388	144.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	7.778	8.539
Empréstimos e financiamentos	8	1.681	-
Obrigações por arrendamentos	9	73	39
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	40
Outras obrigações fiscais		570	528
Encargos setoriais		9	8
Dividendos a pagar	12	12.793	9.714
Redução de capital	18	-	29.400
Outras obrigações		724	198
Total do passivo circulante		23.628	48.466
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	9	2.387	2.460
Outras obrigações fiscais		-	49
Provisão para desmantelamento	10	345	276
Redução de capital	17	29.400	-
Total do passivo não circulante		32.132	2.785
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	77.940	77.940
Reserva legal		3.001	2.672
Reservas de lucros		4.687	12.640
Total do patrimônio líquido		85.628	93.252
Total do passivo e do patrimônio líquido		141.388	144.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	13	28.328	38.990
Custo do serviço	14	(19.457)	(18.963)
Lucro bruto		8.871	20.027
Despesas operacionais	14		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(23)	-
Despesas gerais e administrativas		(1.184)	(1.057)
Total despesas operacionais		(1.207)	(1.057)
Resultado do serviço		7.664	18.970
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		273	756
Despesas financeiras		(398)	(545)
Total do resultado financeiro		(125)	211
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.539	19.181
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(961)	(1.441)
		(961)	(1.441)
Lucro líquido do exercício		6.578	17.740
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	11	0,08	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.578	17.740
Total de outros resultados abrangentes do exercício	6.578	17.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.940	1.785	11.325	-	141.050
Redução de capital	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.740	17.740
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(11.325)	-	(11.325)
Proposta para destinação do resultado					
Reserva legal	-	887	-	(887)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(4.213)	(4.213)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	12.640	(12.640)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	77.940	2.672	12.640	-	93.252
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.578	6.578
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(12.640)	-	(12.640)
Proposta para destinação do resultado					
Reserva legal	-	329	-	(329)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(1.562)	(1.562)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	4.687	(4.687)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	77.940	3.001	4.687	-	85.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	6.578	17.740
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	-
Encargos de arrendamento	252	256
Atualização financeira desmantelamento	35	45
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	50	-
Depreciação e amortização	5.125	5.029
Imposto de renda e contribuição social correntes	961	1.441
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	(1.334)	9.061
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(61)	(233)
Outros créditos	-	27
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	(761)	(3.224)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	(158)
Outras obrigações fiscais	(7)	(26)
Encargos setoriais	1	-
Redução de capital	-	29.400
Outras obrigações	526	(846)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.014)	(1.686)
Pagamentos de juros de arrendamento	(189)	118
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	10.198	56.944
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para imobilizado	(1.573)	(1.077)
Títulos e valores mobiliários	(1)	898
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.574)	(179)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Redução de capital	-	(50.000)
Captação de Debêntures	1.631	-
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(948)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(102)	-
Pagamento de dividendos	(11.123)	(9.599)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(9.594)	(60.547)
Movimentações que não afetaram caixa		
Varição no caixa líquido da Companhia	(970)	(3.782)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.520	7.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.550	3.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Zeus II – Delfina 8 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 30 de setembro 2011, com sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 30,55 MW no município de Tacaratu, Estado de Pernambuco, com contrato vigente até 26 de março de 2047, que foi objeto do Leilão nº 02/2011-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”.

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 6 – Intangível;
- Nota 10 – Provisão para desmantelamento;
- Nota 11 – Provisões para processos judiciais, e
- Nota 18 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	1.650	43
Aplicações financeiras		
CDB (Certificado de Depósito Bancário)	-	287
Operações compromissadas	897	3.190
Total	2.547	3.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. As operações compromissadas tinham taxa de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 85% do CDI (80% do CDI em 2022). Os CDBs tinham taxa de remuneração 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos	Vencidos	Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	1.940	-	1.578	3.518	2.687
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	111	-	-	111	-
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.919	408	-	2.327	-
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	217	52	-	269	2.204
	4.187	460	1.578	6.225	4.891
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(12)	(11)	-	(23)	-
Total	4.175	449	1.578	6.202	4.891

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP, Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa para as faturas de suprimento de energia é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(111)	88	(23)
Total	-	(111)	88	(23)

5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 9).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3.101	-	-	34	-	3.135
Máquinas e equipamentos	132.904	-	-	-	1.053	133.957
Linhas de transmissão	12.595	-	-	-	-	12.595
	148.600	-	-	34	1.053	149.687
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(224)	-	(103)	-	-	(327)
Máquinas e equipamentos	(14.059)	-	(4.453)	-	-	(18.512)
Linhas de transmissão	(1.346)	-	(420)	-	-	(1.766)
	(15.629)	-	(4.976)	-	-	(20.605)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	778	1.550	-	-	(1.053)	1.275
	778	1.550	-	-	(1.053)	1.275
Total do imobilizado	133.749	1.550	(4.976)	34	-	130.357
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.306	-	(110)	-	-	2.196
	2.306	-	(110)	-	-	2.196
Total	136.055	1.550	(5.086)	34	-	132.553

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3.290	-	-	(189)	-	3.101
Máquinas e equipamentos	131.798	-	-	-	1.106	132.904
Linhas de transmissão	12.595	-	-	-	-	12.595
	147.683	-	-	(189)	1.106	148.600
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(114)	-	(110)	-	-	(224)
Máquinas e equipamentos	(9.650)	-	(4.409)	-	-	(14.059)
Linhas de transmissão	(926)	-	(420)	-	-	(1.346)
	(10.690)	-	(4.939)	-	-	(15.629)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	-	1.077	-	-	(299)	778
Outros	807	-	-	-	(807)	-
	807	1.077	-	-	(1.106)	778
Total do imobilizado	137.800	1.077	(4.939)	(189)	-	133.749
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.416	-	(110)	-	-	2.306
	2.416	-	(110)	-	-	2.306
Total	140.216	1.077	(5.049)	(189)	-	136.055

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Linhas de transmissão	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	21

6. Intangível

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica de origem eólica, durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Custo incremental	67	(63)	4
Total	67	(63)	4

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Adições	44	-	44
Amortização	-	(24)	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44	(24)	20
Adições	23	-	23
Amortização	-	(39)	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67	(63)	4

A taxa de amortização do ativo intangível é a seguinte:

Administração	%
Custo incremental	5,00%

7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia - partes relacionadas (nota 16)	2.557	3.222
Encargo de Uso da Rede	226	291
Encargo de Uso da Rede - partes relacionadas (nota 16)	2	2
Total energia	2.785	3.515
Materiais e serviços	1.764	1.739
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	3.229	3.285
Total materiais e serviços	4.993	5.024
Total	7.778	8.539

8. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2023		
	Circulante		
	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 16)			
Enel Brasil - Mútuo I	1.631	50	1.681
Total	1.631	50	1.681

A movimentação da dívida é como segue:

	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Captações	1.631
Encargos provisionados	50
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.681

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil - Mútuo I	1.631	05/10/23	04/10/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

9. Obrigações por arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

Na tabela abaixo estão apresentadas as informações dos contratos de arrendamento, como vencimento, prazo remanescente, tipo de amortização e a taxa implícita de juros.

	31.12.2023	Valor nominal	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento						
Terrenos	2.460	5.824	31/01/2046	251	Mensal	10,28% a.a.
Circulante	73					
Não circulante	2.387					

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2024	321	(248)	73
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	1.140	(924)	216
Até 2 anos - 2025	267	(223)	44
Até 3 anos - 2026	291	(239)	52
Até 4 anos - 2027	291	(234)	57
Até 5 anos - 2028	291	(228)	63
2028 em diante	4.282	(2.111)	2.171
Total circulante e não circulante	5.743	(3.283)	2.460

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	574	2.499	3.073
Pagamentos - principal	(948)	-	(948)
Pagamentos - juros	118	-	118
Transferências	39	(39)	-
Encargos provisionados	256	-	256
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39	2.460	2.499
Pagamentos - principal	(102)	-	(102)
Pagamentos - juros	(189)	-	(189)
Transferências	73	(73)	-
Encargos provisionados	252	-	252
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73	2.387	2.460

O montante que está apresentado na linha de remensuração foram provenientes de atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais e/ou alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de atualização monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato.

10. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	276	420
Revisão da estimativa	34	(189)
Atualização financeira	35	45
Saldo do final do exercício	345	276

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 77.940, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	77.939.979	100,00%	77.939.979	100,00%
Outros	1	0,00%	1	0,00%
Total	77.939.980	100,00%	77.939.980	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 50.000, com cancelamento de 50.000.000 de ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 29.400.

12.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

12.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 03 de julho de 2023 da Companhia, deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 12.640, a serem pagos até 31 de dezembro de 2023.

12.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 se encontra detalhada abaixo:

	Efeito não caixa		Efeito caixa		31.12.2023
	31.12.2022	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	9.714	12.640	1.562	(11.123)	12.793

	Efeito não caixa		Efeito caixa		31.12.2022
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	3.775	11.325	4.213	(9.599)	9.714

12.5 Distribuição de resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	6.578	17.740
(-) Reserva legal	(329)	(887)
Lucro ajustado	6.249	16.853
Dividendo mínimo obrigatório	(1.562)	(4.213)
Reserva para reforço de capital de giro	(4.687)	(12.640)
	-	-

Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo: constituição de reserva legal no montante de R\$ 887, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 4.213 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 12.640 como alocação para reserva para reforço de capital de giro. Em ato contínuo, imediata distribuição do montante alocado em reserva de reforço de capital de giro de R\$ 12.640, a título de dividendos adicionais, pagos dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

12.6 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	6.578	17.740
Número de ações	77.939.980	77.939.980
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,08	0,23

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	21.570	3.513
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16)	7.947	37.067
	29.517	40.580
Deduções da receita		
Cofins	(886)	(1.217)
Pis	(192)	(264)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(111)	(109)
	(1.189)	(1.590)
Total	28.328	38.990

14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2023				2022		
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(3)	-	-	(3)	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(1.433)	-	(56)	(1.489)	(1.829)	(67)	(1.896)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	-	(1.106)	(1.106)	-	(963)	(963)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.889)	-	-	(3.889)	(3.092)	-	(3.092)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	(6.312)	-	-	(6.312)	(6.386)	-	(6.386)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.286)	-	-	(2.286)	(2.153)	-	(2.153)
Depreciação e amortização	(5.124)	-	(1)	(5.125)	(5.049)	-	(5.049)
Aluguéis e arrendamentos	(76)	-	-	(76)	-	-	-
Transporte de potência de energia	(2)	-	-	(2)	(20)	-	(20)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 16)	(6)	-	-	(6)	(24)	-	(24)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(23)	-	(23)	-	-	-
Seguros	(326)	-	-	(326)	(408)	-	(408)
Outras receitas (despesas)	-	-	(21)	(21)	(2)	(26)	(28)
Total	(19.457)	(23)	(1.184)	(20.664)	(18.963)	(1.057)	(20.020)

15. Resultado financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	196	457
Outras variações cambiais	58	132
Outras receitas financeiras	19	167
	273	756
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(50)	-
Atualização de impostos e multas	-	(211)
Garantias e fianças	(4)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(55)	(31)
Atualização financeira desmantelamento	(35)	(45)
Juros em arrendamento	(252)	(256)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
	(398)	(545)
Total	(125)	211

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receita de suprimento de energia elétrica	29.517	40.580
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.361	3.246
Rendimento de aplicações financeiras	196	457
Variação cambial realizada	8	8
Outras receitas financeiras	19	167
Total base de cálculo	2.584	3.878
Alíquota do imposto de renda (15%)	(389)	(583)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(234)	(364)
Total do imposto de renda	(623)	(947)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.542	4.870
Rendimento de aplicações financeiras	196	457
Outras receitas financeiras	19	167
Total base de cálculo	3.757	5.494
Alíquota da contribuição social (9%)	(338)	(494)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(961)	(1.441)

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(744)	(224)	(1.106)	(963)
Redução de capital - (nota 10)		(29.400)	(29.400)	-	-
Dividendos	Até dezembro de 2024	(12.793)	(9.714)	-	-
Mútuo	Outubro de 2023 a outubro de 2024	(1.681)	-	(50)	-
Total		(44.618)	(39.338)	(1.156)	(963)

17.2 Empresas em controle em comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Passivo	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Compra e venda de energia		(2.287)	(1.018)	1.635	30.681
Enel Trading Brasil S.A.		(2.544)	(1.018)	(264)	30.681
Companhia Energética do Ceará	Até o final da concessão	81	-	596	-
Ampla Energia e Serviços S.A.		176	-	1.303	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		-	-	-	-
Transporte de energia (*)		(5)	(5)	(6)	(24)
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	(5)	(5)	(6)	(24)
Compartilhamento das despesas comuns		(2.217)	(2.217)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		(81)	(81)	-	-
Enel Green Power Ituperava Solar S.A.		(427)	(427)	-	-
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.		(766)	(765)	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(196)	(197)	-	-
Enel Green Power Tacaico A Eólica S.A.		(280)	(280)	-	-
Enel Modelo II Eólica S.A.		(467)	(467)	-	-
Suporte Operacional		(990)	(1.039)	-	-
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(990)	(1.039)	-	-
Total		(5.499)	(4.279)	1.629	30.657

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de (i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; (ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; (iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; (iv) participação na execução do projeto; (v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.547	2.547	3.520	3.520
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	12	12	11	11
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.202	6.202	4.891	4.891
			8.761	8.761	8.422	8.422
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	7.778	7.778	8.539	8.539
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.681	1.679	-	-
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	2.460	2.460	2.499	2.499
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	12.793	12.793	9.714	9.714
			24.712	24.710	20.752	20.752
Total			33.473	33.471	29.174	29.174

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2023 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	156	187	31	217	61
Total	156	187	31	217	61

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro..

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	7.778	-	7.778
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	1.846	1.846
Total	7.778	1.846	9.624

18.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

18.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	1.681	-
Dívida	1.681	-
Caixa e equivalentes de caixa	(2.547)	(3.520)
Títulos e valores mobiliários	(12)	(11)
Dívida líquida	(878)	(3.531)
Patrimônio líquido	85.628	93.252
Índice de endividamento líquido	-1%	-4%

19. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	229.178	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.